

ATA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2014/2016

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano dois mil e quinze, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência Primeiro Subdefensor Público-Geral, Rafael Moraes Português de Souza. Presentes os/as Conselheiros/as: Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa, Bruno Diaz Napolitano, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Representando a Corregedoria Carolina de Melo Teubl Gagliato, Luiz Gustavo Fontanetti Alves da Silva, Pedro Antônio de Avellar, Rafael Bessa Yamamura, Wagner Ribeiro de Oliveira, Representando a Ouvidora-Geral, Alderon Pereira da Costa, e Representando a Apadep, Franciane de Fátima Marques. Ausente justificadamente o Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto e Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Presidente iniciou a sessão às 09h52min, encaminhando para leitura e aprovação da ata da 43ª Sessão Ordinária, sendo aprovada por unanimidade. Consigna-se que o Conselheiro Pedro Avellar pediu a palavra, antes das comunicações da Presidência, o qual foi concedida. Ele solicitou, no intuito de vetar as gravações e transmissões não oficiais de qualquer sessão do Conselho Superior, a partir do presente momento. Pontou que conforme o regimento interno, as transmissões serão disponibilizadas através da intranet da Defensoria Pública e qualquer solicitação adversa deverá ser previamente analisada pelo Conselho Superior. O Presidente considerou o pedido relevante, e justificou não acatar o veto de imediato em função de sua presidência ser apenas casual, e solicitou aprovação do Colegiado para encaminhamento do pedido para análise do Defensor Público Geral, Rafael Vernaschi, sendo aprovado por unanimidade. Na sequência, iniciou às comunicações da Presidência, justificando a ausência do Defensor Público Geral, em razão de sua participação em reunião Condege no Estado do Maranhão. Comunicou que havia participado das Pré-Conferências realizadas em Jundiá, Araçatuba, Presidente Prudente e São José dos Campos, e elogiou os envolvidos na organização do evento. Destacou que as Pré-Conferências continuam até o mês de outubro e que em dezembro ocorre a Conferência Estadual. Comunicou que, durante esta semana, havia realizado visitas as unidades de Mauá, Santana, Bauru e Infância e Juventude para discutir sobre o projeto de expansão institucional. Por fim, parabenizou a associação dos Defensores e Servidores pela mobilização. Após, passou-se as comunicações da Secretaria. Justificou a ausência dos Conselheiros Horácio Xavier e Bruno Miragaia em razão de férias. Em seguida, passou-se ao momento aberto. O Presidente franqueou a palavra ao primeiro inscrito, Ronaldo Delfino de Sousa, Representante da Sociedade Civil de São Sebastião. Ele solicitou o envio de mais Defensores Públicos para a cidade de São Sebastião, com principal atuação nas áreas de Moradia e Urbanismo. Destacou que o município enfrenta grande desigualdade social e diversos processos de desapropriação de vilas para compensação ambiental em decorrência da devastação promovida para construção de moradias de alto padrão. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Defensor Público, Octávio Ginez de Almeida Bueno. Ele agradeceu o comparecimento dos Defensores Públicos ao Conselho Superior, e relatou as dificuldades que a carreira vem enfrentando com a falta de comunicação e estrutura, quadro de apoio insatisfatório, além da pouca participação nas decisões das deliberações do Conselho, o que vem gerando desmotivação e conseqüentemente inscrições de Defensores para outras carreiras. Indagou qual é a real perspectiva para o projeto remuneratório, além de explicações sobre o que vem sendo tratado com o Governo. Em seguida, o Presidente franqueou a palavra ao Senhor Paulo Malvezzi, Representante das Pastoral Carcerária. Ele proferiu a leitura de um manifesto que justifica ausência da entidade no V Ciclo de Conferências da Defensoria Pública, a fim de propiciar uma reflexão sobre os processos de participação popular na instituição. Após, o Presidente franqueou a palavra ao Defensor Público Fabricio Quintanilha. Ele mostrou a importância do movimento que busca a valorização dos Defensores Públicos, não só de forma remuneratória, mas também na defesa prerrogativa e outros pleitos, citando a ampliação do quadro de apoio. Endossou o pedido do Conselheiro Pedro Avellar, no que tange a divulgação dos Processos Administrativos Disciplinares por conta da alta exposição dos acusados e envolvidos no processo. Na sequência, o Presidente franqueou a palavra ao Defensor Público Lúcio Motta. Ele ressaltou que a intenção dos Defensores Públicos, presentes à sessão, é



demonstrar as dificuldades que a carreira vem enfrentando diariamente, e pediu ao Colegiado mais iniciativas em prol do Defensor Público, antes do término deste biênio. O Presidente consultou o Colegiado sobre o acréscimo de mais dois inscritos para o momento aberto, sendo aprovado por unanimidade. Após, o Presidente franqueou a palavra a Servidora Érica Meireles, Representante da Associação dos Servidores. Ela informou que a entidade tem realizado visitas às unidades reforçando o pleito salarial, e observou que alguns servidores estavam em situação de desvio de função, e posteriormente apresentará relatório à administração superior. Registrou sua presença na Assembleia Legislativa, visando agendar evento em comemoração ao dia do Servidor da Defensoria Pública, e relatou que, na última quinta-feira, havia realizado uma reunião com o Defensor Público-Geral, visando tratar sobre a questão remuneratória. Mencionou que os vencimentos dos servidores não acompanham o mesmo ritmo de aumento que os Defensores Públicos, e mostrou a insatisfação de muitos servidores por conta da divulgação do Ato Normativo DPG nº 108, que atribui responsabilidades aos oficiais relativas ao uso de viaturas, pois não recebem nenhum tipo de gratificação extra para execução da respectiva atividade. Após, o Presidente franqueou a palavra a Defensora Pública Marcia Garutti. Ela endossou a fala do Fabricio Quintanilha com relação a falta de transparência na Gestão Superior, especificamente quanto as deliberações. Citou que pela será inaugurada uma nova vara no Fórum Criminal da Barra Funda, que realizará a nomeação de advogados através do convênio com a OAB. Demonstrou insatisfação com relação ao julgamento e a divulgação por meio de internet dos processos administrativos disciplinares, e apontou que, na época em que era Corregedora-Geral, defendia a preservação da figura do Defensor Público. Mostrou surpresa quanto a divulgação, pois o Presidente Rafael Português, quando Presidente da Apadep, tinha uma postura de defesa de Defensores Públicos durante os julgamentos de Processos Administrativos Disciplinares. Após, não havendo mais inscritos, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Com relação a nova vara inaugurada na Barra Funda, destacou que será adotado o mesmo procedimento que o restante do Estado, onde os Defensores Públicos contam com a parceria da OAB. Com relação a falta de Defensores Públicos no município de São Sebastião, informou que está sendo analisado um projeto de expansão da Defensoria Pública, além da abertura da triagem na cidade, com foco nas áreas cível e família. Com relação ao pleito dos Servidores, considerou justo, pois deve alcançar no mínimo, ou seja, igualar com outras instituições, mas pontuou que a Defensoria não está imune ao cenário político e econômico atual, portanto explicou que o projeto remuneratório deve ser analisado com cautela, visando eliminar os riscos no orçamento da instituição. Com relação aos questionamentos sobre a falta de transparência, argumentou que há transparência e abertura democrática, citando como exemplo as reuniões mensais com Coordenadores e realizadas com as associações, as visitas às unidades, a organização das Pré-Conferências, etc. Reiterou que a administração enfrenta um momento de dificuldade econômica, mas que está sendo positivamente superado graças a um rigoroso planejamento estratégico. Neste sentido foram revisados os contratos de locação e a expansão de novos cargos, que foram adaptados para sessenta vagas de Defensor Público para o ano de 2016. Quanto a reestruturação física, informou que os Defensores devem contar com um quadro de apoio eficiente, de modo que um novo modelo de atendimento poderia diminuir os gastos com estagiários. Com relação a fala do Representante da Pastoral Carcerária, respondeu que compreende todas as críticas, porém não as consideram justas, uma vez que a Defensoria Pública sempre esteve aberta ao diálogo com a sociedade civil, e considerou que a instituição é a mais democrática do país. Com relação a fala da Representante da Associação dos Servidores, parabenizou a mobilização de todos os presentes, e mostrou a importância da gestão compartilhada, sendo possível obter melhores resultados, de modo que haja excelência no atendimento prestado ao cidadão carente. Após, passou-se as manifestações dos Conselheiros sobre assuntos diversos. A Representante da Apadep, Franciane Marques saudou a mobilização dos Defensores Públicos presentes ao momento aberto. Afirmou que as reivindicações não visam travar um debate eleitoral, mas sim um debate institucional, e pontuou ser grave o desprestígio atual da instituição, refletido os enfrentamentos que o Governador e a Procuradoria Geral do Estado fazem à instituição. Com relação a divulgação das sessões do Conselho em mídias não oficiais, considerou ser desnecessária tal exposição. Solicitou, ainda, a votação do projeto remuneratório dos Defensores

Públicos, e reforçou a importância da divulgação das tratativas da Defensoria Pública-Geral com o Governador. O Conselheiro Luís Gustavo agradeceu a presença dos Defensores na plateia, em especial os que vieram do interior do Estado. Discordou das manifestações que alegam haver distanciamento entre a administração superior e os Defensores Públicos, e lembrou que esteve presente em quase todas as unidades do interior sempre propondo diálogo aberto e democrático, e citou a realização de inúmeras reuniões e acolhimento de sugestões para a tomada de decisões institucionais, como por exemplo: a) o caso do Deecrim, b) do impacto na triagem com as visitas aos Centros de Detenção Provisórias, c) ajustes nas atividades das Varas de Execuções Criminais na Capital, e etc. Ressaltou ainda o trabalho do Defensor Público-Geral para valorizar a instituição, além do trabalho incansável na Assembleia Legislativa de São Paulo, bem como as reuniões com o Poder Executivo, com o Tribunal de Contas do Estado, e etc. Em relação a falta de segurança, informou que foram realizadas diversas medidas preventivas pela atual administração, e citou como exemplo a mudança no contrato com as empresas prestadoras de serviço de segurança, de modo que houvesse além de segurança patrimonial, também a defesa pessoal e a realização de contrato para obtenção de coletes para os seguranças. Nesse sentido, informou ainda que a Assessoria da Qualidade alterou o layout do atendimento, para que as baias não tenham fundo, de modo a permitir um fluxo de fuga. O Conselheiro Pedro Avellar lamentou ausência da participação da Pastoral Carcerária nas próximas Conferência com alegação de que o Conselho Superior não havia implementado as propostas aprovadas. Ele considerou que o Conselho Superior possui diversas outras atribuições e que o Colegiado não existe para atender exclusivamente a nenhuma instituição. Com relação a divulgação das sessões do Conselho em meios não oficiais, citou outros órgãos, como Conselho Nacional de Justiça, que garante a publicidade de suas reuniões, sem reproduzir sessões em sua integralidade. O Conselheiro Luiz Eduardo relatou sua trajetória na Defensoria Pública, citando que tinha remuneração menor do que um advogado de uma empresa privada, e mencionou que as condições de trabalho dessa empresa eram melhores do que as que se tem hoje na Defensoria, e nunca almejava ser Defensor Público, mas tem orgulho de pertencer a instituição. Comparou a remuneração de alguns Procuradores da República com os vencimentos de um Defensor Público, e observou que além do valor remuneratório os Procuradores contam com um excelente quadro de apoio, comprovando o déficit estrutural da Defensoria Pública. Reclamou da morosidade para retorno de suas solicitações junto ao Departamento de Recursos Humanos, mesmo com determinação judicial para cumprimento de tais medidas. O Ouvidor Geral, Alderon Costa chamou atenção para o massacre ocorrido na cidade de Osasco, e informou que acontecerá no próximo dia 25 de agosto uma reunião extraordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, visando tratar da questão. Comunicou que, na última semana, esteve presente na eleição do Ouvidor Geral da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, e parabenizou aos organizadores do evento. Pontuou que a Pastoral Carcerária é um parceiro nacional da Defensoria Pública e tem autoridade para fazer críticas à instituição, e considerou que o manifesto proporciona analisar a compatibilidade das pré-conferências com a expectativa da sociedade civil. Com relação a segurança, mencionou a elaboração de um relatório à ser encaminhado e analisado pelo Conselho, no sentido de prevenção à violência. Saudou o Sr. Ronaldo de Souza, e ressaltou a importância da presença da sociedade civil ao momento aberto, e destacou a necessidade de intervenção da Defensoria no pleito apresentado. Considerou intempestiva a proposta do Conselheiro Pedro Avellar no que tange a restringir a transmissão das Sessões do Conselho pelo "Youtube", pois avaliou que Ouvidoria realiza um serviço de divulgar algo que é de interesse público, objetivando a transparência e que a opção do sigilo deve ser exceção. Nesse sentido, colocou a Ouvidoria Geral à disposição para debater sobre a questão. O Conselheiro Alexandre Orsi agradeceu a presença dos Defensores Públicos e a transparência em seus pleitos, e considerou que as manifestações foram no sentido de maior participação nas deliberações e junto ao poder executivo, especialmente no que diz respeito a majoração salarial. Com relação a divulgação das sessões do Conselho Superior, destacou a diferença entre publicidade e exposição, refletindo sobre até que ponto o interesse público é maior do que a privacidade do Defensor? O Conselheiro Bruno Napolitano saudou os Defensores Públicos presentes, e considerou que os problemas apresentados são antigos, e divergiu da insatisfação de que a atual gestão não tinha apresentado projetos concretos em um



ano e meio. Afirmou que diversas medidas foram adotadas, citando como exemplo a contratação de engenheiro especializado na Coordenadoria Geral de Administração para manutenção do ar condicionado e implantação de equipamentos nas unidades, e um projeto, em andamento, relativo ao quadro de apoio. Mencionou ainda, que em Guarulhos foi entregue duas sedes, sendo um novo prédio e outro reformado, proporcionando melhores condições de trabalho e atendimento. Com relação a remuneração, lembrou que houve épocas difíceis sem majoração salarial, e analisou que enfrentará novamente esse período, mas ressaltou que a administração tenta regularmente tratar da questão junto ao Governo. Considerou que esse é um momento político estratégico, sendo necessário debater no Conselho se o melhor caminho é insistir na proposta original ou pensar em outra tática. Com relação ao suposto desprestígio apontado pela Representante da Apadep, considerou que não houve demonstração de desprestígio, mas avaliou uma sequência natural de posturas por vezes contrárias. Com relação divulgação dos PADs, considerou relevante a questão, mas deve existir um debate, antes de qualquer alteração na prática atual. Com relação a abertura de nova vara criminal na Barra Funda, considerou que os cargos são insuficientes para reposição automática, tendo em vista que surgem novas varas com frequência. O Conselheiro Augusto Barbosa agradeceu a presença geral, e teceu considerações sobre a questão remuneratória, lembrando que o mesmo grupo que hoje está à frente da administração teve participação decisiva no incremento da última remuneração. Considerou que a instituição deve se equiparar com a magistratura e Ministério Público, mas afirmou que há o compromisso da atual gestão com o pleito, embora deve-se considerar o cenário orçamentário negativo e os problemas na arrecadação do Fundo de Assistência Judiciária. Discordou da crítica de inviabilização da democracia no Conselho, citando a realização de reuniões periódicas com todos os Coordenadores, além do espaço destinado ao momento aberto como forte canal de comunicação aos Defensores, bem como as visitas constantes às unidades, entre outros. A Corregedora-Assistente, Carolina Gagliato, justificou a ausência da Conselheira Kathya Beja em razão de participação em audiência em Processo Administrativo Disciplinar. Saudou a todos os presentes, e avaliou que, com relação a divulgação dos vídeos relativos aos Processos Disciplinares, o conselho precisa discutir o assunto com cautela por tratar-se de um tema delicado, e manifestou que a exposição no “youtube” é inadequada e desproporcional, pois muitas questões envolvidas invadem a esfera íntima de Servidores e Defensores. O Conselheiro Rafael Bessa saudou a todos os presentes, e parabenizou pela reivindicação da valorização dos Defensores, bem como dos Servidores, considerando o pleito justo e importante para garantir um serviço de qualidade. Mostrou a importância do acompanhamento dos debates e informativos internos para ciência dos avanços da atual gestão, mencionando a regulamentação da licença-prêmio, a antecipação do 13º, antecipação dos pagamentos para 4º dia útil do mês, o aumento do auxílio alimentação, pagamento de plantões judiciais, etc. Reforçou a necessidade de avançar nos debates acerca da majoração salarial, não descartando as dificuldades em razão do cenário econômico atual. Com relação a divulgação das sessões do Conselho Superior, informou que na época que discutiu-se a deliberação, que regulamenta os processos disciplinares, não houve ponderações sobre a divulgação das gravações por meios de comunicação extra oficiais, e considerou que há diferença entre publicidade e divulgação, em especial quando essa divulgação é realizada por um órgão da administração pública, contudo, citou que a emenda constitucional 80 prevê a publicidade dos processos disciplinares, inclusive as exceções. Consigna-se que a Representante da Apadep, Franciane Marques se ausentou da sessão as 13h13min, sendo substituída pelo Defensor Público Otavio Ginez de Almeida Bueno, que justificou a ausência da mesma em razão de tratamento dentário. Não havendo mais inscritos para manifestações, o Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Avaliou que a Defensoria Pública está aberta às críticas, e manifestou que acredita no avanço da instituição por influência da sociedade civil, reforçando o poder democrático que as conferências proporcionam. Agradeceu a disposição da Ouvidoria e dos Conselheiros para deliberação a respeito da publicidade dos processos administrativos, inclusive as gravações das sessões do Conselho Superior. Com relação aos projetos remuneratórios de Defensores Públicos, esclareceu que um dos principais objetivos da Administração Superior é o incremento, mesmo na atual conjuntura econômica desfavorável, de modo que houvesse o aumento do percentual destinado ao Fundo de Assistência Judiciária.

Complementou que a administração empreende esforços para a redução de gastos, citando como exemplo, a renovação do convênio com a ordem dos advogados sem a inclusão de reajuste inflacionário, gerando uma economia de aproximadamente oito por cento, além da implantação do Módulo de Indicações em todas as subseções da OAB, resultando em uma economia aproximada de dez por cento. Destacou que todas as medidas de economia adotadas, contribuíram para um cenário superavitário mesmo considerando a situação econômica atual. Em seguida, passou-se a ordem do dia. O Presidente encaminhou propostas de exceção e inversão da ordem do dia, sendo aprovada da seguinte forma: CSDP 586/15. Interessado: Andrew Toshio Hayama. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar disciplinas de mestrado, no período de 28 de agosto a 27 de novembro de 2015. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O relator justificou a necessidade de urgência no julgamento do processo em razão do prazo do afastamento, e na sequência leu relatório e proferiu voto no sentido de deferir o afastamento subsidiário, indeferindo o pedido inicial. O Presidente encaminhou para discussão. A Conselheira Carolina Gagliato indagou relator a sobre o tempo de locomoção do interessado entre os locais. O Conselheiro Alexandre Orsi sugeriu converter o pedido em diligência. O Conselheiro Pedro Avellar sugeriu que a votação do processo fosse adiada para próxima sessão, visando consultar o interessado sobre o pedido principal. O Conselheiro Wagner Ribeiro informou sobre a inviabilidade de converter o pedido de afastamento em diligência, e sugeriu aprovar inicialmente o afastamento de um dia, oficiando o interessado a se manifestar com relação ao pedido principal. Após as discussões, o Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento parcial, expedindo-se ofício ao interessado, a fim de colher a manifestação com relação ao pedido principal. CSDP 462/15. Interessada: Segunda Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de abertura de Concurso Estadual de Estagiário de Direito para o exercício de 2015. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O relator leu relatório e proferiu voto no sentido de aprovar as listas emergenciais encaminhadas pelo Departamento de Recursos Humanos, os quais sejam: São Bernardo, Santo André, Diadema e Mauá. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar o resultado emergencial das Unidades de São Bernardo, Santo André, Diadema e Mauá, relativo ao mês de agosto de 2015, a ser publicado oportunamente. CSDP nº 578/15. Interessada: EDEPE. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "XIV Congresso Brasileiro de Direito Constitucional aplicado", a ser realizado em 28 e 29 de agosto de 2015. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu relatório e proferiu voto no sentido de deferir o afastamento de três defensores públicos. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento das seguintes Defensoras Públicas: Priscila Aparecida Lamana Diniz, Joyce Santos Oliveira Palma e Ângela de Lima Pieroni Detoni. CSDP nº 584/15. Interessado: Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Pedido de afastamento parcial para cursar disciplinas de doutorado, no período de agosto a novembro de 2015. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O relator leu relatório e proferiu voto no sentido de deferir o afastamento condicionado a concessão da percepção de diárias. O Conselheiro Bruno Napolitano apresentou voto divergente, encaminhando para aprovação sem a percepção de diárias. O Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. Vencidos os Conselheiros Alexandre Orsi, Luiz Eduardo e Pedro Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento do interessado. DELIBEROU ainda, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Bruno Diaz Napolitano, afastar o interessado sem a percepção de diárias, nos moldes da Deliberação CSDP nº 13/06. Vencidos os Conselheiros: Pedro Antonio de Avellar, Alexandre Orsi Neto e Luiz Eduardo de Toledo Coelho, que votavam pela concessão de diárias. Consigna-se que a sessão foi encerrada as 14h12min, prorrogando-se os demais processos na ordem do dia. CSDP nº 1172/09. Interessado: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Luis



Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e Questões Agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 003/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação que regulamenta o artigo 151 da Lei Complementar nº 988/06. (que trata do afastamento de Defensores Públicos para frequentar curso de pós-graduação ou empreender pesquisa, bem como estabelece a política de retribuição institucional pelo investimento). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a 88ª sessão extraordinária, a ser realizada no dia 27 de agosto de 2015. CSDP nº 113/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de Deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 118/14. Interessada: Cristina Emy Yokaichiya. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção a pedido no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessada: Corregedoria Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessados: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 224/14. Interessada: Comissão Eleitoral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 242/12 (que disciplina o processo de eleição do Defensor Público-Geral e dos membros do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessada: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08 (que regulamenta a realização de atividade docente e discente por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessados: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 251/14 Interessado: Vinicius da Paz Leite. Assunto: Proposta de deliberação para disciplinar o estágio e o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessados: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e

Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessada: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12, (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessados: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de deliberação que visa a transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/14 Interessada: Claudete Aparecida Marques de Carvalho Assunto: Pedido de afastamento para tratar de interesses particulares pelo período de dois anos. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 370/14. Interessado: Coordenador da Regional de Taubaté. Assunto: Proposta de alteração das atribuições na Regional de Taubaté (10ª Defensoria Pública). Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/15 Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 173/15. Interessado: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/2014. Relator: Conselheiro Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a 88ª sessão extraordinária, a ser realizada no dia 27 de agosto de 2015. CSDP nº 185/15 Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Concurso de promoção do nível IV para o nível V, relativo ao ano de 2015. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. Revisor: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza Processo (CSDP nº). Interessados/as. (206/15). Alexandre Orsi Netto. (218/15). Gislaïne Calixto. (221/15). Luciano Alencar Negrão Caserta. (225/15). Luisa Hamud Morato de Andrade. (233/15). Otoniel Katumi Kinuti. (247/15). Vania Pereira Agnelli Sabin Casal. (259/15). Valeria Silva do Nascimento. (286/15). Ana Carvalho Ferreira Bueno de Moraes. (295/15). Amanda Polastro Schaefer. (302/15). Gustavo Octaviano Diniz Junqueira. (321/15). Luis Cesar Rossi Francisco. (334/15). Francisco Romano. (353/15). Elpidio Francisco Ferraz Neto. (361/15). Rafael Ramia Muneratti. (365/15). Marco Andre de Freitas. (367/15). Leandro de Castro Silva. (368/15). Sidnei Francisco Neves. (379/15). Luis Marcelo Mendonça Bernardes. (388/15). Gisele Ximenes Vieira dos Santos. (395/15). Fabiana Ferraz Luz Mihich. (408/15). Carlos Henrique Airon Loureiro. (410/15). Renata Flores Tibyriça. (426/15). Mateus Oliveira Moro. (428/15). Luis Cesar Rossi Francisco. (432/15). Marlise Costa Girardeli. (443/15). Patricia Simeonato. (444/15). Ana Carolina Franzin Bizzarro. (445/15). Camila Ueno.

(446/15). Sandra Maria Shiguehara. (447/15). Patricia Luciola Dias de Moraes. (448/15). Renato Isnard Khair. (449/15). Davi Eduardo Depiné Filho. (450/15). Luciana Rosa Pinheiro Rodrigues. (453/15). Tiago Fensterseifer. (457/15). Denise de Souza Silva Caetano de Mello. (458/15). Patricia Biagini Lopes. (471/15). Mailane Ramos dos Santos Rodrigues de Oliveira. (475/15). Bruno Lopes de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, no que tange aos processos acima listados, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15 Interessado: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo a duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 246/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2014 a janeiro de 2015). Relator: Conselheiro Rafael Bessa Yamamura. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 461/15. Interessada: Apadep. Assunto: Proposta de alteração da lei Complementar 988/06, que dispõe sobre o vencimento mensal dos membros da defensoria Pública e dá outras providências. Relatora: Conselheira Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 492/15. Interessada: Associação dos Servidores da Defensoria Pública. Assunto: Proposta de reclassificação dos vencimentos dos Servidores, integrantes do Quadro de Apoio da Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 510/15. Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (julho a dezembro de 2014). Relator: Conselheiro Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 521/15. Interessada: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 524/15. Interessada: Comissão de monitoramento da atividade de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 537/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 539/15. Interessado: Coordenador do Núcleo Especializado de Situação Carcerária Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2013 a janeiro de 2014). Relator: Conselheiro Kathya Beja Romero. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 547/15. Interessado: Presidente da Comissão de Prerrogativa. Assunto: Proposta de Desagravo Público em relação ao Exmo. Defensor Público Ivan Gomes Medrado. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 549/15 Interessada: Coordenadora do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Bruno Ricardo Miragaia Souza. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 553/15. Interessada: Associação dos Servidores da Defensoria Pública. Assunto: Pedido de afastamento de servidor/a para exercer

mandato eletivo na entidade de classe. Relator: Conselheiro Wagner Ribeiro de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 557/15. Interessado: Ricardo Lobo da Luz. Assunto: Relatório de Atividades desenvolvidas no período de 05 de julho de 2014 a 04 de julho de 2015, junto ao Ministério da Justiça. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CSDP nº 563/15. Interessada: Apadep. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra a recomendação da Corregedoria Geral nº 29, de 14 de julho de 2015. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 061/14. Interessado/a: Julio Camargo de Azevedo Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 053/14. Interessado/a: Helena de Lacerda Rodrigues Lage. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Bruno Diaz Napolitano. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 057/14. Interessado/a: João Finkler Filho. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 105/13. Interessado/a: Vanessa Chalegre de Andrade França. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 009/14 Interessado/a: Adriana Vinhas Bueno. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 052/13 Interessado/a: Hendrinne Fontana Noorduin. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 051/13 Interessado/a: Hellen Cristina Lago Ramos. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos na ordem do dia, o Presidente deu por encerrada a sessão às 14h12min. Eu, Esdra Germania de Lima, Oficial do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos vinte e um dias de agosto do ano de 2015.

RA

Rafael Moraes Português de Souza
Presidente

Bruno Diaz Napolitano
2º Subdefensor Público-Geral

Alexandre Orsi Netto
Conselheiro

Carolina de M. S. Gagliato
Carolina de Melo Teubl Gagliato
Representante da Corregedora-Geral

Luis Gustavo Fontanetti Alves da Silva
3º Subdefensor Público-Geral

Augusto Guilherme Amorim Santos Barbosa
Conselheiro

RA



Rafael Bessa Yamamura
Conselheiro

Wagner Ribeiro de Oliveira
Conselheiro



Franciane de Fátima Marques
Representante da Apadep



Luiz Eduardo de Toledo Coelho
Conselheiro



Pedro Antônio de Avellar
Conselheiro



Alderon Pereira da Costa
Ouvidor-Geral